



Restauração conservadora e novas resistências

Como definir os sombrios tempos em que vivemos? Todas as medidas tomadas pelo atual governo brasileiro e pelos diversos governos em todo o mundo nas democracias capitalistas, avançam não apenas sobre os direitos individuais e sociais conquistados pelos trabalhadores, mas sobre o próprio Estado democrático de direito, a forma civilizada de expressão do domínio dos capitalistas sobre os trabalhadores e todas as classes sociais. Isto significa que está ruindo em todo o mundo, todas as formas políticas construídas (as democracias parlamentares e as instituições que facultavam aos cidadãos decidir sobre os rumos da vida em sociedade) ao longo dos séculos XIX e XX que possibilitavam aos trabalhadores alguma intervenção ou moderação sobre o domínio completo dos interesses do capital em relação às decisões estatais.

Em tempos de capitalismo financeirizado e dominado pelo capital fictício, cresce sua capacidade de controle sobre os governos, qualquer governo. Sua volatilidade e alta capacidade de circulação podem reduzir a economia de um país a quase nada em curto espaço de tempo, aumentando em escala exponencial a pobreza e a desigualdade. Neste contexto, a manutenção das liberdades e instituições democráticas tornou-se um obstáculo ao capital fictício em sua voraz e rápida circulação pelo mundo em busca de superlucros. Em função dos custos operacionais e políticos da emergência pura e simples de regimes autoritários, tornou-se necessário estabelecer novas formas de controle sobre as massas desempregadas e sobre as parcelas insatisfeitas e organizadas dos trabalhadores. A força continua a ser elemento essencial a esse controle, mas o desrespeito às leis, a criminalização de lideranças sindicais e de movimentos sociais, o endurecimento da legislação penal, o encarceramento em massa dos pobres, o desmanche das constituições sem qualquer participação dos cidadãos, impondo medidas que aviltam os direitos e a dignidade dos trabalhadores, e os golpes parlamentares executados com bases jurídicas frágeis ou inexistentes, constituem as formas contemporâneas de expressão do autoritarismo político.

Sem que seja necessário fechar congressos e parlamentos, alçar militares ao executivo ou perseguir órgãos de imprensa, a perseguição à lideranças políticas de esquerda, o encarceramento e o assassinato de militantes de movimentos sociais, as votações rápidas de medidas impopulares, a distorção e o esvaziamento das leis, são formas corriqueiras de exercício do autoritarismo burguês em meio a chamada *normalidade democrática*, ao funcionamento *normal* das instituições. Sob uma aparente normalidade, vivenciamos um permanente estado de exceção.

O recrudescimento do racismo, da xenofobia, da misoginia, da LGBTfobia e o aparecimento de outras formas de preconceito e discriminação, sinalizam para a existência de uma reação conservadora e de um autoritarismo social que torna insuportável conviver com as diferenças e que encontra abrigo também entre os trabalhadores.

A atual crise capitalista e suas expressões mais contundentes (desemprego estrutural, precarização do trabalho, estagnação econômica, aumento da pobreza e da pobreza extrema, aumento das desigualdades sociais entre os muitos ricos e todo o resto da população) integram um processo de crise civilizatória que aponta para uma crise não apenas dos processos de produção, distribuição e consumo de bens, mas da relação do homem com a natureza, colocando em risco a sobrevivência da humanidade, e das relações entre os seres humanos em todas as suas dimensões.

A ascensão do neoliberalismo, desde o final do século XX, e sua associação com o conservadorismo e o autoritarismo, conformam as respostas da burguesia a um mundo cada dia mais desigual e violento. O reformismo e as políticas de conciliação de classes estão esgotados como estratégias de enfrentamento das crises capitalistas. Resta, então, a violência estatal e classista.

Este cenário desafia as forças de esquerda, seus intelectuais e estudiosos comprometidos com a construção de um projeto societário anticapitalista, a superarem o horizonte estreito da conciliação, do reformismo e do possibilismo, a fragmentação e o pragmatismo.

Há cem anos a experiência revolucionária russa e as revoluções socialistas subseqüentes foram, apesar de seus problemas e fracassos, sinais da aproximação de uma crise capitalista de caráter estrutural, capaz de afetar todos os seus fundamentos. Contemporaneamente esta crise, de caráter estrutural, instalada desde os anos 1970, se tornou mais profunda a partir de 2008.

O caráter estrutural, profundo, das últimas crises capitalistas (1970, 2008) e a violência econômica, política e ideológica das respostas da burguesia, que controla não apenas os meios de produção e as disputas políticas parlamentares, mas também os órgãos de produção artística, intelectual e de informações, fragilizaram as organizações dos trabalhadores e tem dificultado a construção de respostas consistentes e minimamente unitárias, classistas e imbricadas ao feminismo, ao antirracismo, a luta pelo direito à diversidade sexual e contra todas as formas de opressão. Estas dificuldades, entretanto, não tem impedido a construção de experiências e experimentos (Chiapas, Oaxaca, Occupys entre outras) que indicam não apenas a resistência dos afetados por todas as formas de exploração e violência do capital, mas também sinalizam a emergência de solidariedades, cooperação e igualitarismo. Apontam ainda a necessidade de avançar rumo à construção de um projeto societário capaz de superar reformismos e possibilismos.

Nessa direção, os artigos e demais seções deste número procuram lançar luzes tanto sobre as expressões do conservadorismo, do autoritarismo e da violência estatal e de classe – em diferentes dimensões da vida na sociedade capitalista – quanto sobre as expressões da crítica e da resistência gestadas nesta conjuntura.

Na seção debate, oferecemos para abrir a leitura o texto de Duriguetto e Demier (2017) intitulado *Democracia blindada, contrarreformas e luta de classes no Brasil contemporâneo*. Os autores trazem alguns sinais sobre as duras expressões desse conservadorismo e mostram de que forma os mecanismos de ofensiva do capital se intensificam e contribuem para instaurar uma *democracia blindada*, termo cunhado pelos debatedores que sugere um tipo

de regime *democrático* - que se intensifica durante os governos de direita neoliberal - que coloca em risco direitos sociais fundamentais. Processo que se inicia no Brasil, na transição democrática, e atinge o ápice com o golpe de Estado, ocorrido em 2016 instituindo o governo Temer. Nessa luta de forças, os alvos a serem atacados são os direitos sociais e trabalhistas assim como qualquer esforço de construção de projetos societários anticapitalistas.

Nessa mesma direção, o estudioso espanhol José Adelantado, inaugura a seção de artigos temáticos com o texto *Reestructuración de los Estados del Bienestar ¿Hacia un cambio de paradigma?*. Em suas análises, apresenta o que ele define como uma transição de um Estado de Bem-Estar Protetor (EBP) a um Estado de Bem-Estar Inversor (EBI). A vocação universalista, a ênfase nos direitos e a ideia de redistribuir para a igualdade, característicos do EBP, parecem estar cada vez mais distantes. Trata-se agora de investir nos cidadãos, afiar suas competências pessoais de forma a alcançarem um lugar no mercado de trabalho a partir de seus méritos. Essa transição está se convertendo, em sua visão, em um cenário de remercantilização da vida, de manutenção ou aumento da desigualdade e da pobreza.

Neste sentido, o argentino Júlio Gambina, em *La ofensiva del capital y los desafíos para el pensamiento crítico* afirma ser essencial, nesses tempos sombrios, sistematizar propostas de cortes alternativos e anticapitalistas que se apoiem no pensamento crítico, articuladas com os ensaios econômicos, políticos, sociais e culturais do movimento popular. Para ele, é preciso convocar a intelectualidade crítica a sistematizar essas propostas. Para isso, faz-se necessário unir forças populares na resistência à ofensiva capitalista, promover a articulação com o movimento social, de forma a integrar o saber popular e o profissional em uma perspectiva de emancipação social.

Neste número não podíamos deixar de problematizar o tema da divisão do trabalho entre os sexos, em que as atividades de *produção* estão primeiramente ligadas aos homens e as atividades de *reprodução* às mulheres. Silva *et al*, no texto, *A transversalidade de gênero na política de biodiesel*, denunciam que apesar dos estudos de gênero terem se consolidado no Brasil a partir da década de 70, com o fortalecimento do movimento feminista, há muito o que se explorar no campo da perspectiva de gênero no contexto das políticas públicas. Os principais temas discutidos pelas feministas na incorporação dessa agenda no contexto das políticas públicas têm sido: *maior igualdade de status para as mulheres, o repúdio à discriminação sexual, a introdução de regulamentos contra assédio sexual e de cotas que garantam a representatividade feminina*.

A precária condição em que vive a população encarcerada no Brasil também cobra espaço neste debate. Os textos *Saúde no Sistema Prisional: um estudo sobre a legislação brasileira* e *As expressões das prisões no mundo do capital*, de autoria de Schultz *et al* e de Costa e Guedes, respectivamente, problematizam acerca da urgência em garantir o acesso à saúde das pessoas que vivem em prisões e do resgate da emancipação política e dos direitos humanos nos sistemas de privação de liberdade de adultos e adolescentes. Costa e Guedes concluem que a necessária defesa dos direitos humanos dessa população “[...] requer a análise das situações materiais que repõem, cotidianamente, suas violações como afirmações do mundo do capital”.

A continuação, no sétimo artigo da seção temática, intitulado *O Teatro de Rua como via política de mídia radical*, Torres *et al* lançam luzes sobre a possibilidade de descentralizar e democratizar a ação comunicativa e a arte por meio do teatro de rua, levando-o às mais distintas pessoas e lugares, além de resgatar o seu potencial original de diálogo com a cidade. Essa forma de expressão, na visão dos autores, permite realizar um fazer político, através de suas encenações e notícias, sem que haja controle do Estado.

Outros aspectos centrais abordados nos três artigos de temas livres agregam importantes discussões sobre o recrudescimento das características do capitalismo contemporâneo. No artigo “Financeirização e criminalização da pobreza: ênfases do ‘desenvolvimento’ na crise do capital”, Tatiana Dahmer Pereira problematiza as consequências dessa centralidade e seu esgotamento a partir do aprofundamento da crise capitalista. Com o artigo *Agronegócio e capitalismo dependente na América Latina: o caso brasileiro*, Glauber Lopes Xavier convida o leitor e a leitora a refletirem sobre a nova dinâmica de acumulação e reprodução do capital na periferia ligada ao agronegócio, espaço onde se perpetuam relações degradantes de trabalho. Em *‘Na prática a teoria é outra’ ou separar é armadilha do capitalismo?* Jane Cruz Prates e Gissele Carraro, atestam que a teoria e a prática, embora possuam características diferentes, apresentam aspectos indissociáveis e, portanto, precisam ser consideradas em sua unidade, pois se complementam em uma relação necessária; em suas palavras “[...] de uma realidade concreta, de onde parte Marx”.

No ensaio *Mídia e ascensão conservadora*, Carla Luciana Silva nos leva a refletir sobre como a mídia tem sido usada ao longo dos anos como aparelho ideológico do Estado, reprodutora da forma de dominação burguesa. Nos mostra ainda como as *redes sociais*, principalmente o Facebook e o Whatsapp - apesar de caracterizarem espaços de produção e acesso a informação contra-hegemônica - também são usados para divulgar conteúdos de cunho conservador. A autora conclui alertando sobre a urgência do aprofundamento de estudos dos meios de comunicação, em especial suas formas de propagação do pensamento e práticas conservadoras.

E para fechar este volume, a resenha do livro *A difícil democracia: reinventar as esquerdas*, de Boaventura de Sousa Santos, assinada por Célia Barbosa, reflete sobre os rumos da democracia na contemporaneidade e busca respostas para o interrogante que levantamos no início deste editorial: Qual será o destino da democracia?

Para finalizar, nos valem das palavras de Julio Gambina e reforçamos a necessidade da crítica anticapitalista no âmbito da academia e dos movimentos sociais de forma a contribuirmos com a sistematização de práticas sociais, econômicas, políticas e culturais contra o capitalismo, o colonialismo, o imperialismo, o racismo, o patriarcado e todas as formas de opressão.

Aos autores e autoras, pareceristas e demais colaboradores (as) desta edição, expressamos o nosso mais sincero agradecimento.

Desejamos a todas e todos uma boa leitura!

Ana Targina Rodrigues Ferraz

Franciani Bernardes Frizera